

Brasil

Próximo acordo é

com o Clube de Paris

O Brasil deve retomar as negociações com o Clube de Paris, que reúne os governos credores do Brasil, e os bancos privados ainda essa semana. Segundo a ministra da Economia, Zélia Cardoso de Mello, o acordo fechado anteontem entre o Fundo Monetário Internacional e o Governo brasileiro em Washington era o pré-requisito que faltava para o início das discussões sobre o rescalonamento da dívida externa.

Sem adiantar qualquer informação sobre a renegociação da dívida externa brasileira e a retomada dos pagamentos dos juros atrasados aos bancos privados — que não recebem desde junho passado e já acumulam um crédito superior a sete bilhões de dólares —, a ministra da Economia, em entrevista coletiva ontem, prometeu que fará um pronunciamento sobre esse assunto até sexta-feira próxima.

Ela fez questão de ressaltar a importância do acordo fechado com o FMI, na medida em que, pela primeira vez, foi discutida a capacidade do País saldar seus débitos. “Não podemos nos comprometer a efetuar o pagamento da dívida externa se essa ação vier a gerar inflação ou recessão”, explicou. A ministra acredita que o avanço desse acordo só foi possível porque o Brasil já implantou seu plano econômico.

“A diferença desse acordo para os anteriores é que antes o FMI discutia em função de uma política econômica que ainda deveria ser implantada. Agora, partimos para o acordo depois de nosso plano estar em execução”, disse a ministra. Ela espera que até o meio dessa semana a carta de intenções do Governo brasileiro já esteja sendo enviada ao Fundo.

Zélia divulgou que a carta de intenções deverá detalhar o pla-

no econômico do Governo Collor, além de adiantar algumas projeções, como a de inflação por exemplo. No entanto, essas projeções poderão ser revistas assim que o Congresso Nacional aprove os orçamentos da União para 1990 e 1991. Na sua opinião, o Fundo já entendeu que o pacote definido pela equipe econômica é consistente.

Um outro requisito que também impedia o início das negociações com o bancos privados eram as consultas que o Governo brasileiro fez a pelo menos 12 desses 30 bancos. “Esses contatos foram muito positivos para conhecermos as restrições e limitações de cada um deles e assim podermos partir para uma negociação mais direta”, constatou Zélia.

De acordo com a ministra da Economia, o empréstimo *stand-by* de dois bilhões de dólares concedido pelo FMI ao Brasil

tem uma importância menor dentro de todo o contexto do acordo conseguido. A estimativa é de que a primeira das seis parcelas do empréstimo, que serão liberadas ao longo de 17 meses, deve sair até dezembro próximo. Zélia garantiu que esses recursos não terão obrigatoriamente de ser destinados para o pagamento dos juros atrasados da dívida. Seus cálculos indicam que no máximo em novembro todo o acordo estará concluído com o Fundo.

A ministra também anunciou ontem que a medida provisória que regulará os contratos de aluguel já foi finalizada pela equipe econômica do Governo juntamente com técnicos dos Ministérios da Justiça e de Ação Social, devendo ser editada essa semana. Ela acenou com a possibilidade dos reajustes seguirem a linha da livre negociação.